

Carvalho, Maria José, Cruz, Isabel (2007), *Mulheres e Desporto: Declarações e Recomendações Internacionais*, Queijas, Edição da Associação Portuguesa Mulheres e Desporto.

Regina Tavares da Silva
Comité CEDAW

Da responsabilidade da Associação Portuguesa Mulheres e Desporto, a publicação compila e introduz textos significativos de várias entidades internacionais, quer intergovernamentais, quer não governamentais, bem como orientações emitidas a nível nacional, igualmente de origem governamental e não governamental, sobre a questão da participação feminina na actividade desportiva, incluindo de modo particular a dimensão da não discriminação com base no sexo e da igualdade de género.

A organização e divulgação destes textos e orientações internacionais integra-se no âmbito de acção da Associação Mulheres e Desporto que assim considera cumprir um dos seus objectivos ao a dar a conhecer em Portugal um conjunto muito alargado de textos de referência sobre a questão em apreço. A Direcção da Associação, na Nota Prévia, justifica a necessidade desta divulgação que resulta de uma situação que relembra e denuncia, isto é, «as inúmeras situações de desigualdade e de discriminação, que a maioria das portuguesas enfrenta na sua participação desportiva», sendo objectivo principal deste trabalho o de «contribuir para uma mudança que urge pôr em prática, nomeadamente por quem tem a responsabilidade e capacidade de decisão».

A Introdução de carácter substantivo aponta para os obstáculos que ainda impedem as mulheres de «aceder, em igualdade com os homens, aos benefícios e recursos da prática e da participação desportiva» e identifica os factores subjacentes a estes obstáculos, quer de ordem socioeconómica, quer de carácter cultural e estrutural, bem como aponta a ausência de medidas para os enfrentar.

Se é certo que, na sequência de orientações que desde meados da década de setenta começaram a surgir e de medidas tomadas posteriormente por alguns países nas duas últimas décadas, se registou uma melhoria no acesso à prática de alguns desportos, incluindo os chamados desportos «masculinos» e se encontram mais mulheres em postos de decisão no mundo do desporto, o facto é que, segundo as autoras, «continuam a persistir as discriminações a que estão sujeitas raparigas e mulheres na sua participação quotidiana».

As autoras ilustram estatisticamente a situação a nível nacional e as discriminações que persistem e se reflectem em muitos aspectos, incluindo os prémios monetários atribuídos às mulheres e um cenário de desvalorização, ausência ou abandono da prática desportiva, em que há, também aqui, uma componente feminina específica.

As organizações internacionais cujas orientações são referidas incluem a Organização das Nações Unidas, a sua agência especializada UNESCO, o Conselho da Europa e a União Europeia.

Em relação a cada uma delas, um pequeno enquadramento histórico e temático precede a indicação dos instrumentos que se debruçam sobre a questão e de que se apontam referências específicas mais significativas. No caso das Nações Unidas evoca-se o trabalho da Comissão do Estatuto das Mulheres (CSW) e apontam-se os artigos relevantes da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), bem como os objectivos estratégicos da Plataforma de Acção de Pequim adoptada na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres em 1995. No caso da UNESCO merecem particular relevo as Recomendações e Declarações das Conferências de Ministros e Altos Responsáveis pela Educação Física e Desporto. No que se refere ao Conselho da Europa aponta-se igualmente para as Resoluções e Recomendações, quer das Conferências especializadas de Ministros responsáveis pelo Desporto, quer da Assembleia Parlamentar. Finalmente, relativamente à União Europeia indicam-se as orientações contidas em Recomendações adoptadas pelo Parlamento Europeu bem como em textos adoptados em Conferências de Ministros responsáveis pelo Desporto no âmbito de presidências da União.

Em todos os casos há temas e orientações que se repetem e se cruzam nas diversas instâncias – a participação das mulheres na actividade desportiva, incluindo nos jogos olímpicos, a prevenção do abuso e do assédio no desporto, a representação das mulheres na gestão e organização desportiva e nos seus níveis de decisão, a saúde da mulher atleta, o valor educacional e democrático do desporto e a igualdade de oportunidades para as mulheres neste âmbito, etc.

No que se refere a organizações não governamentais, merecem particular atenção o Comité Olímpico Internacional e as orientações das suas Conferências Mundiais; o Grupo Internacional de Trabalho Mulheres e Desporto, um órgão de coordenação independente com representação de organizações governamentais e não governamentais das diferentes regiões do mundo e as orientações das suas Conferências Mundiais com relevo para a Declaração de Brighton de 1994; e o Grupo Europeu Mulheres e Desporto, também um grupo independente composto por representantes e pessoas de contacto relativamente à igualdade de género nas organizações desportivas governamentais e não governamentais de cada país que, nas Conferências Europeias que regularmente promove, tem emitido orientações de princípio e de carácter programático, bem como apelos à acção para uma maior igualdade e participação das mulheres no desporto.

Relativamente a Portugal, as autoras, tendo feito uma análise breve das opções e prioridades políticas dos vários governos para a participação das mulheres no desporto, concluem por uma quase invisibilidade da dimensão de género nessas opções e políticas, embora algumas medidas nesta área figurem designadamente no I e II Planos para a Igualdade (1997 e 2003).

No âmbito da intervenção não governamental são referidos os casos do

Movimento Democrático de Mulheres e da Associação Portuguesa Mulheres e Desporto. Relativamente à primeira é dado relevo à Proclamação Mulheres e Desporto, documento aprovado pelo Congresso de 1996; em relação à segunda menciona-se a Declaração de Lisboa sobre Mulheres e Desporto adoptada pelo I Congresso Internacional «Mulheres no Desporto: sem limites, sem barreiras» que teve lugar em Setembro de 1999, bem como documento idêntico aprovado pelo II Congresso Internacional «Mulheres e Desporto: agir para a mudança» que se realizou no Porto em Novembro de 2003.

No conjunto trata-se de um útil livro de referência que abrange um total de 25 textos orientadores – resoluções, recomendações, declarações – produzidos entre 1976 e 2006, realçando-se que, não obstante as três décadas decorridas, continuam a ser, todos eles, relevantes porque, como se aponta nas Notas Finais, «as questões que ainda se colocam à participação em igualdade continuam a parecer problemáticas e de difícil transformação».